



SiSV

SIMULAÇÕES SÃO VICENTE
MAIO 2018

CONSELHO DE SEGURANÇA HISTÓRICO

GUERRA DE SUEZ
1956



Conselho de Segurança Histórica

A guerra de Suez

**Clara Casé,
Francisco Levy e
João Pedro Romano.**

Sumário

| | |
|--|-----------|
| 1- Carta aos delegados | 3 |
| 2- Institucional | 4 |
| 2.1- Histórico das Nações Unidas | 4 |
| 2.2- Histórico do Conselho de Segurança | 5 |
| 2.3- Procedimentos do Conselho de Segurança | 6 |
| 3- Histórico da região | 7 |
| 3.1- Egito | 7 |
| 3.2- Israel | 8 |
| 3.3- O Canal de Suez | 10 |
| 3.4- A revolução de 1952 | 11 |
| 3.5- O pós-revolução | 12 |
| 3.6 - A conferência de Bandung | 12 |
| 4- A situação atual | 13 |
| 5- Políticas externas | 13 |
| 5.1- Austrália | 13 |
| 5.2- Bélgica | 14 |
| 5.3- Cuba | 14 |
| 5.4- Egito* | 14 |
| 5.5- Estados Unidos da América | 15 |
| 5.6- França..... | 15 |
| 5.7 Irã | 16 |
| 5.8- Israel* | 16 |
| 5.9- Iugoslávia | 17 |
| 5.10- Peru | 17 |
| 5.11- Reino Unido..... | 18 |
| 5.12- Taiwan..... | 18 |
| 5.13- União Soviética | 19 |

1- Carta aos delegados

Caros Delegados,

É com imenso prazer que recebemos os senhores para este Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Neste guia os senhores encontrarão a base dos estudos que devem ser feitos para o comitê e uma pequena ideia do posicionamento dos países que serão representados pelos senhores. Porém gostaríamos de ressaltar que tal conteúdo é somente o que consideramos primordial para o entendimento dos senhores. É de muito bom grado dos senhores procurarem outros materiais e fontes de estudo.

Tenham a absoluta certeza que qualquer membro da organização desse comitê ficará feliz em sanar sua dúvida, caso ela ocorra. Não hesite em nos procurar pelas redes sociais antes do modelo e pessoalmente durante o modelo.

Desejamos que os senhores tenham uma ótima experiência nesse VII SiSV.

O mundo estará em suas mãos.

Atenciosamente,
Clara Casé,
Francisco Levy e
João Pedro Romano.

2 - Institucional

2.1- Histórico da Nações Unidas.

Após a Segunda Grande Guerra, foi evidenciada a necessidade da criação de um mecanismo eficiente para a resolução pacífica de confrontos ao redor do globo. Com esse objetivo, ao fim da Conferência das Nações Unidas sobre a Organização Internacional, a Carta das Nações Unidas foi elaborada. Redigida originalmente por Reino Unido, Estados Unidos da América, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e República da China e assinada por 51 países, a Carta marcou a criação da Organização das Nações Unidas (ONU). Nela, determinam-se os objetivos da Instituição e explica-se como será seu funcionamento seu preâmbulo estipula que:

"Nós, povos das nações unidas, a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla. E para estes fins, praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos, e unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais, e a garantir, pela aceitação de princípios e a instituição dos métodos, que a força armada não será usada a não ser no interesse comum, a empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos. Resolvemos conjugar nossos esforços para a consecução desses objetivos. Em vista disso, nossos respectivos Governos, por intermédio de representantes reunidos na cidade de São Francisco, depois de exibirem seus plenos poderes, que foram achados em boa e devida forma, concordaram com a presente Carta das Nações Unidas e estabelecem, por meio dela, uma organização internacional que será conhecida pelo nome de Nações Unidas."

Em relação ao seu funcionamento, foi decidido que a instituição possuiria seis órgãos independentes entre si, tendo cada um uma funcionalidade, ainda que trabalhando em conjunto entre si. Os órgãos definidos são: a Assembleia Geral (cujo Conselho de Direitos Humanos é um importante corpo de apoio), o Conselho de Segurança, a Corte Internacional de Justiça, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela - desativado desde 1994 - e o Secretariado. Assim, hoje, só funcionam cinco órgãos.

Vale lembrar que a Organização das Nações Unidas não foi a primeira instituição internacional criada com o intuito de solucionar problemas em escala global. Associações como a União Internacional de Telecomunicações, criada em 1865, e a União Postal Internacional, criada em 1874, já existiam, e se tornaram parte da ONU. Além dessas, a Liga das Nações, que fora criada após a primeira guerra com objetivos semelhantes aos da ONU. A Liga não obteve êxito em seus preceitos fundamentais e foi extinta, tendo a ONU ocupado seu lugar posteriormente.

2.2- Histórico do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O Conselho de Segurança (CS) tem como principais funções: regulamentar os litígios entre os Estados membros, regulamentar e acompanhar a distribuição e comércio de armamentos, agir em casos de agressão e ameaça à paz e decidir sobre medidas a serem tomadas para a execução da sentença da Corte Internacional de Justiça (Capítulos VI, VII, VIII e XII da Carta da ONU). É o único órgão do sistema internacional com autoridade para adotar decisões obrigatórias a todos os estados-membros das Nações Unidas, tendo, inclusive, o poder de autorizar intervenção militar para garantir o cumprimento de suas resoluções.

O órgão em questão é composto por 15 membros, sendo cinco deles permanentes (China, França, Estados Unidos, Rússia e Reino Unido) e os outros dez, membros provisórios eleitos de dois em dois anos. Além desses, outros países podem ser chamados a participar como membros convidados sem poder de voto, desde que os temas tratados sejam pertinentes às nações envolvidas.

Os dez países temporários são eleitos em sessões da Assembleia Geral por todos os Estados membros para um mandato de dois anos, sem reeleição imediata. Os critérios estabelecidos para a eleição dos membros não-permanentes resumem-se em contribuir para a

manutenção da paz e da segurança internacional, bem como a distribuição regional equitativa, os quais encontram-se dispostos no artigo 23 da Carta da ONU.

As resoluções adotadas pelo Conselho de Segurança são votadas por todos os países-membros, mas apenas os cinco membros permanentes têm o poder de veto. Para serem aprovadas e tornarem-se oficiais, as resoluções precisam da aprovação de 2/3 dos votantes. Porém, basta que um dos cinco membros permanentes votem em desacordo aos demais para que o projeto seja vetado. Abstenções dos países permanentes não configuram veto.

O CS determina quando existe uma ameaça à paz mundial ou um ato de agressão. Convoca as partes da disputa para negociar por meios pacíficos e recomenda métodos de ajuste ou termos de conciliação. Segundo o Capítulo VII da Carta, o CS pode tomar medidas para manter ou restaurar a paz e a segurança internacionais. As medidas englobam desde sanções econômicas a ações militares em âmbito internacional. O Conselho também estabelece operações de paz e missões políticas especiais.

2.3 - Procedimentos do Conselho de Segurança

O Conselho de Segurança das Nações Unidas foi criado em 1946 e tem por função principal garantir a manutenção da paz e da segurança internacional. É o único órgão capaz de adotar medidas obrigatórias a todos os países membros das Nações Unidas, incluindo intervenção militar, além de comandar operações de manutenção da paz.

O “CS” possui 11 membros, sendo que destes, cinco são membros permanentes, também conhecidos como P5 - China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia - os outros dez são eleitos na Assembleia Geral das Nações Unidas e possuem mandato de dois anos.

Segundo o artigo 27 da Carta da ONU, para que qualquer projeto seja aprovado, é necessário que durante o processo de votação, pelo menos 9 dos 15 países votem a favor. Além disso, todos os membros permanentes devem se mostrar favoráveis a aprovação do documento. Caso um deles vote contrário o projeto está automaticamente vetado. Este processo ocorre por conta dos membros permanentes terem direito ao voto especial.

7.2- Conceitos de Soberania: Por se tratar de um conceito altamente discutido no âmbito das Relações Internacionais, iremos explicitar aqui somente o básico para o entendimento do tema.

A soberania, nada mais é do que a autoridade suprema que um Estado possui dentro de seu próprio território. Dentro desse conceito, devemos destacar alguns outros pontos importantes.

- a) Territorialidade – Tal autoridade suprema deve-se valer somente nos limites do Estado
- b) Independência Política – O Estado tem total liberdade de ação dentro do seu território, não devendo, esta, ser limitada por nenhuma ameaçada interna ou externa
- c) Legitimidade - Direito de controlar instituições e poderes dentro do seu território
- d) Soberania Relativa – Independência política limitada pela independência política de outros Estados, cabendo assim, um respeito mútuo no intuito de evitarem confrontos

3- Histórico da Região.

3.1 - Egito

A região onde se encontra o Egito sofreu fortes influências do Reino Unido, principalmente por conta dos interesses no Canal de Suez. A ocupação britânica aconteceu em 1882, mas o controle só tornou-se oficial quando a Grã-Bretanha declarou guerra ao Império Otomano em 1914. Com isso foi decretado então um protetorado sob o Egito. Cinco anos depois um dos líderes dos grupos que lutavam a favor da independência, Saad Zaghlul, foi preso e deportado para Malta, gerando uma revolta histórica no país e trazendo o líder político de volta e tornando sua figura mais popular..O primeiro-ministro britânico era contrário à ideia de acabar com o protetorado, contudo, o presidente egípcio Adli Paxá chegou a um acordo com o Alto Comissário Britânico, Edmund Allenby, para garantir a independência. Após uma ameaça de renúncia de Allenby o Reino Unido emite uma declaração unilateral de independência do Egito. Entretanto a concessão havia exceções, as comunicações, as relações exteriores e o Sudão Anglo-Egípcio continuariam sob controle da Grã-Bretanha, e os militares permaneceriam em território egípcio.

Após a declaração unilateral de independência em 1922 surgiu o Reino do Egito, ainda sobre o controle de Fuad I, da dinastia Muhammad Ali. Foi feita então uma nova constituição egípcia em 1923, que em princípio progredia para maior representatividade do povo com um sistema parlamentarista, mas ainda assim concedia muitos poderes ao executivo, como dissolver o parlamento. Depois de sete anos o Rei revogou a constituição e outorga outra, tirando toda a força do parlamento. A medida gerou revolta popular e uma série de protestos, fazendo com que o monarca voltasse atrás em 1935 com a antiga constituição.

Em 1936 Fuad I morre, passando o trono ao seu filho de 16 anos Faruk I. O início de seu governo foi seu momento mais popular, principalmente entre a nobreza. No entanto sua popularidade caiu muito, principalmente por conta da resistente presença britânica no país, apesar de Faruk ser contrário a tal, era visto como um fantoche dos ingleses. ainda em 1936 é assinado o tratado anglo-egípcio, que reduziu o número de tropas britânicas para 10.000, deixando somente as que protegiam o Canal de Suez.

Depois de anos vivendo uma falsa independência, finalmente acontece a Revolução Egípcia em 1952. A ideia inicial da revolta era derrubar o governo fantoche dos britânicos, mas logo tomou um lado mais nacionalista, lutando pelo fim da monarquia e da aristocracia no país, e pelo fim da ocupação britânica no território, garantindo também uma independência ao Sudão. A rebelião gerou polêmica entre os países que possuíam interesse na passagem do Suez, como França e Reino Unido.

O primeiro líder de estado foi Muhammad Nagib, no entanto seu adversário político, Nasser, com apoio de oficiais revolucionários depõe o presidente e toma o poder. Gamal Abdel Nasser era nacionalista e anti-imperialista, realizou várias reformas na estrutura do país, como reforma agrária e iniciou uma industrialização. Até que em Julho de 1956 ele resolve nacionalizar o Canal do Suez, motivo de interesse não só do Reino Unido, mas da França e de Israel, resultando na Crise do Suez.

3.2 - Israel

A criação do Estado de Israel ocorreu em maio de 1948, mas tinha forte oposição por parte dos árabes que também habitavam o local. A região tem importância tanto para os

judeus, quanto para os muçulmanos, pois já foi a terra do Reino de Israel entre 1030 a.C. até 723 a.C, do Império Romano, do Império Bizantino e do Império Otomano.

Durante a fase do Império Romano houve uma expulsão em massa de judeus em 135 d.C. como uma medida punitiva à Grande Revolta Judaica, fazendo com que muitos fossem se estabelecer na Europa. Muitos anos se passaram e apesar da grande importância da região, poucos judeus habitavam a Palestina. No século XIX a migração forçada de judeus dos países europeus se inicia aos poucos para a Palestina, em 1850 os judeus já representavam quase 50% das principais cidades palestinas. Já no século XX eventos de violência antissemita na Europa também cresceram, resultando em migração de mais judeus para a terra prometida.

Já no fim da Primeira Guerra Mundial o Império Otomano se desmanchou e suas terras foram divididas entre os vencedores da guerra, a Palestina acabou sob administração inglesa por tempo estabelecido. Isso posto, o Reino Unido recebeu diversas declarações, tanto sionistas, que pediam a criação de um Estado judeu na região, quanto anti sionistas. O Reino Unido alegou que não tomaria uma decisão sem antes consultar quem morava na região e acabou não fazendo nada eficaz.

Com a chegada da Segunda Guerra o fluxo de judeus para a Palestina aumentou em massa, então o Reino Unido, pressionado pela população árabe, criou uma cota que só 10.000 judeus podiam migrar por ano. Na época uma série de manifestações árabes acontecem contra a intervenção britânica e a chegada de mais judeus. O número de judeus na Palestina era grande, mas ainda menor que os muçulmanos e a Inglaterra se mostrou ineficaz de solucionar a questão.

Em 1947, a um ano do fim do mandato de dominação inglesa na Palestina, a recém formada ONU estabeleceu uma partilha da Palestina, deixando Israel com 56% das terras e Jerusalém sob administração internacional. Os países árabes foram contrários à essa divisão e buscaram uma solução diplomática que não deu resultado. Em 1948 grupos paramilitares judeus expulsaram cerca de 250.000 árabes de suas aldeias nos territórios estabelecidos pelas Nações Unidas, até que em 14 de maio de 1948, no fim do mandato inglês, foi declarado o Estado de Israel. Um dia depois a Liga Árabe, composta por países como Egito, Arábia Saudita, Síria, Jordânia, Iraque e Líbano, declarou guerra à Israel por não cumprirem à partilha feita pela ONU. As tropas árabes atacaram o Estado israelense por três frentes diferentes, contudo Israel venceu a guerra e anexou ainda mais terras Palestinas ao seu

território, além de dividir Jerusalém entre ocidental, sendo a parte do ocidente controlada por Israel e a parte oriental, controlado pela Jordânia. Foi feito um armistício árabe-israelense em 1949.

Em 1956 as relações entre Egito e Israel eram muito conturbadas por conta dos conflitos durante a formação de Israel, ainda muito recentes e o fato que Egito e outros países árabes não reconheciam o Estado de Israel como um Estado legítimo na comunidade internacional.

3.3 - Canal do Suez

O Canal do Suez é um canal que liga o Mar Mediterrâneo ao Mar Vermelho. Sua inauguração foi feita em 1869 no território egípcio, no entanto sua construção foi feita pela francesa, Companhia do Suez, com o consenso do governo do Egito. A obra foi feita com a participação de 1,5 milhões de egípcios e teve cerca de 120 mil mortes, principalmente de cólera

No início o canal teve dificuldades financeiras, por conta do baixo fluxo de navios em relação à expectativa. As antigas embarcações que navegavam no Cabo da Boa Esperança não eram preparadas para passar pelos ventos do Mar Vermelho. Depois de um tempo a importância da travessia do Suez cresceu para muitos países banhados pelo mediterrâneo, incluindo Israel.

A passagem foi construída para facilitar a passagem de navios e possui extrema importância para o comércio, pois o único caminho marítimo, além deste, é contornando o continente africano no cabo da boa esperança. Tendo em vista o colonialismo das potências europeias no século XIX, principalmente sob os continentes africano e asiático, tornou essa rota muito útil para a Inglaterra e França. Após a inauguração o canal era controlado pela empresa que o construiu e pelo governo egípcio, até que em 1875 por problemas de dívida o Egito foi obrigado a vender sua parte ao governo do Reino Unido, permitindo a travessia britânica à Índia.

O controle do canal foi um dos principais motivos para a intervenção do Reino Unido no território egípcio por sete décadas, junto com a produção de algodão. Antes mesmo da aquisição, no primeiro ano, três quartos das embarcações que passavam pelo canal eram britânicas. Com a chegada do século XX o petróleo passa a valorizar, fazendo com que o

canal ganhasse mais importância, pois o Golfo Persa se encontra muito próximo ao mar vermelho e era de onde vinha a maior parte do óleo. Na chegada da Primeira Guerra Mundial o Império Britânico declara um protetorado sobre o Egito temendo ataques ao canal. Já em 1915 o Império Turco-Otomano atacou a região, mas perdeu o conflito contra tropas do Império Britânico.

Com o fim da Primeira Guerra em 1918 veio a dissolução do Império Otomano e como consequência muitos territórios no Oriente Médio ficaram nas mãos dos ingleses, aumentando sua produção de petróleo.

Pode-se considerar que já havia um protetorado velado desde 1882, quando a França e o Reino Unido enviam forças militares para defender o líder de estado egípcio da época contra a Revolta de Urabi. A revolta era contra a influência francesa e britânica no país. A intervenção resultou em um bombardeio à cidade de Alexandria, após o ocorrido as tropas britânicas permanecem no território, mas sem nenhuma declaração de protetorado oficial, até 1914.

3.4 Revolução de 1952

No dia 23 de Julho de 1952 uma revolução se iniciou, um grupo de militares chamado “Movimento dos Oficiais Livres” liderados por, Gamal Abdel Nasser e Muhammad Naguib, deram um golpe de estado para tirar o Rei Faruk I. A revolução ocorreu por diversos fatores: o governo de Faruk era visto como um fantoche dos britânicos; a derrota do Egito na guerra Árabe-Israelense; os escândalos de corrupção; o abuso da constituição. Com isso, a revolução acabou tomando um caráter republicano, nacionalista e anti-imperialista, lutando pelo fim da monarquia e da aristocracia.

O golpe não foi violento, quase sem nenhum apoio o Rei Faruk abdicou do trono e foi exilado. Foi criado então o Conselho do Comando Revolucionário (CCR), um órgão que para superintender o Egito e o Sudão, constituído pelos nove membros dos Oficiais Livres e outros cinco. O primeiro-ministro do conselho era Naguib e o vice Nasser. Com isso, dois meses depois da revolução foi feita uma reforma agrária, com influências soviéticas, estabelecendo um teto de hectares para os fazendeiros. Somente em 18 de junho de 1953 o Reino do Egito acaba, dando início à República. Naguib então se autoproclama Presidente da república, mas não sai dos cargos de primeiro ministro e presidente do CCR.

A situação permanece, até que em novembro de 1954 Nasser aplica um golpe em Naguib, alegando que o líder apoiava a Irmandade Muçulmana, além de ambições ditatoriais. A Irmandade Muçulmana foi um grupo religioso aliado à revolução, no entanto um de seus membros tentou assassinar Nasser durante um discurso em outubro de 1954, mas falhou. Com isso o discurso de Gamal era forte, ganhando apoio de muitos militares. A partir desse momento começou uma forte repressão, o Estado prendeu desertores, comunistas, e despediu 140 oficiais leais a Naguib, além de assassinar oito membros da Irmandade.

O Comitê de Comando Revolucionário se dissolve em 1956, declarando o fim da revolução egípcia. A revolta incomodou países europeus, como Reino Unido e França, pois além da independência o movimento serviria de exemplo para outras nações árabes também se rebelarem. Além de que os oficiais reforçaram o apoio do Egito à Israel, piorando a situação entre os dois países.

3.5 - Pós Revolução

Após a dissolução do CCR o presidente Gamal Abdel Nasser se mantém no poder. Assim o presidente promulgou uma constituição 1956 com alta aprovação popular e iniciou um processo de desenvolvimento do Egito. Diante disso foi feito um projeto da construção da Barragem de Assuã, uma represa no rio Nilo que seria financiada pelo governo dos Estados Unidos e Reino Unido. No entanto, em 20 de julho de 1956 o governo americano desiste do financiamento, influenciados os britânicos fazem o mesmo. Com isso, 6 dias depois, Nasser, com apoio do povo, nacionaliza o Canal de Suez alegando que a renda do canal iria financiar a barragem em cinco anos. Por trás desta medida estava o conflito da Liga Árabe com Israel e o Pan-Arabismo, pois o Egito também fechou o estreito de Tiran, impossibilitando as passagens de Israel para o Mar Vermelho.

3.6 - A Conferência de Bandung.

A Conferência de Bandung ocorreu em 1955 em Bandung na Indonésia. Como uma tentativa de união dos países de terceira via que recusaram se alinhar com alguma grande potência durante a Guerra Fria.. Liderados por Egito, Índia e Indonésia, os países do terceiro mundo se reuniram na cidade de Bandung para definir uma política externa comum entre os

países e cooperação econômica entre os Estados. A conferência de Bandung foi fundamental para os países de 3ª via se unirem dentro do sistema internacional e efetivamente buscassem representatividade e espaço de fala nas diversas Organizações Internacionais. A Iugoslávia não participou da conferência, exatamente por não ser um país da Ásia ou África, mas também compartilhava dos ideais de Bandung.

4- A situação atual

A presente situação no Egito é calamitante. Após a invasão de forças israelenses no dia 29 de outubro e Nasser recusar o tratado de paz oferecido por França e Reino Unido, no dia 31 de outubro forças britânicas e francesas entram em território egípcio. O tratado previa que uma zona de 10 milhas em torno do canal separando as forças do Egito e Israel, mas isso implicaria que forças britânicas e francesas ocupariam essa zona, o que segundo o Egito é uma violação de soberania territorial.

Cabe agora ao conselho de segurança se reunir no dia 3 de novembro para dar novos rumos à questão e buscar a paz na região.

5- Políticas externas

5.1- Austrália

A delegação da Austrália vem ao comitê defender que a ação do Reino Unido e França se trata de apenas uma tentativa de proteção ao Canal de Suez e toda a região. A nacionalização não tem só influência nos atores comerciais, mas também na vida e dia a dia das pessoas que precisavam do canal para, de certa forma, sobreviver, como é o caso do Estado de Israel.

O país tem uma ligação histórica com o Reino Unido e tende a apoiá-lo, mas também tem uma enorme preocupação com a existência da guerra e a quantidade de vidas que estão

sendo perdidas nela. A delegação se mostra aberta para o diálogo quanto a um possível cessar fogo.

5.2- Bélgica

A delegação da Bélgica tem um longo vínculo histórico com as nações europeias envolvidas no conflito, entretanto, não concorda com a política de interferência militar no território do Egito. Para o país a melhor saída seria um acordo diplomático entre os países, sendo esse ministrado pelas Nações Unidas ou uma força neutra.

O país tende a se manter imparcial, mas fiel aos ideais da organização em que se encontra, a ONU. Vale lembrar que a Bélgica tem uma tendência a se abster das votações com o intuito de preservar sua neutralidade, mas expõe ideias que podem trazer a paz de volta a região.

5.3- Cuba

A delegação de Cuba se mostra como uma das mais ferrenhas defensoras do cessar fogo. O conflito, e sua extensão, só traz malefícios a todos os países envolvidos e desordem a Comunidade Internacional. Sem contar o altíssimo número de mortes, destruição de locais históricos e perdas materiais.

Cuba terá a tarefa de relembrar ao presente conselho os princípios das Nações Unidas e dos Direitos Humanos e cobrar para que ambos estejam claros e bem representados em uma futura resolução. O maior objetivo no país é o fim do conflito e entendimento entre as partes sobre a situação do canal.

5.4- Egito*

O governo egípcio interpreta a nacionalização do Canal de Suez como um ato patriótico. Uma tentativa, bem-sucedida, de Nasser de livrar o Egito do controle de nações imperialistas como Reino Unido e a França. Tal fato só ressalta ainda mais sua ligação como o movimento de 3ª via que surgia um ano antes na Conferência de Bandung, da qual o Egito era um dos líderes.

Duramente atacado por Israel e as duas potências europeias, a delegação egípcia afirma só estar praticando a legítima defesa. Além disso, ressalta o descumprimento de inúmeros quesitos da Carta das Nações Unidas assinada em 1945. Os ataques estão trazendo diversos malefícios para a população egípcia e, principalmente, mortes.

É de desejo da delegação o fim do conflito, no entanto desde que isso não implique na perda do controle do canal novamente. Tal questão, a nacionalização do Canal de Suez, trata-se de uma decisão unilateral do país permitida ao Egito graças sua soberania territorial, o que faz qualquer tipo de ação militar por parte de outros países ilegítima.

Os maiores aliados do Egito neste comitê serão os países de terceira via e grandes potências que reconhecem sua soberania perante a questão.

5.5- Estados Unidos da América

A delegação americana se encontra em uma situação delicada neste comitê. Três dos seus maiores aliados na organização se encontram como centro das atenções da questão. Reino Unido, Israel e França fazem ofensivas militares constantes ao território egípcio. Entretanto os EUA não se encontram do mesmo lado que os aliados.

Os Estados Unidos acreditam que a melhor maneira de resolver a questão é através de um cessar fogo imediato entre todas as partes e um acordo diplomático para resolver a questão da nacionalização do canal. Para o país a paz é fundamental, até como uma forma de proteger seus interesses na região e o estado de Israel.

A delegação americana terá papel fundamental nas negociações podendo ser o conciliador dos interesses de ambas as partes e trazer estabilidade para a Comunidade Internacional.

5.6- França

A delegação da França encontra-se no centro do conflito em questão. O país, junto com o Reino Unido tem profundos interesses econômicos no Canal de Suez e, inclusive tinha sua participação na administração antes da nacionalização. A França diz que a atitude de Nasser se trata de um ato egoísta e que só quer incendiar conflitos no turbulento Oriente Médio.

O país age no Egito com a justificativa que a atitude egípcia está prejudicando a economia e as vidas de civis do Oriente Médio, principalmente do Estado de Israel. E por isso, cabe a França e Reino Unido reivindicar seus direitos perante à Suez a fim de contornar essa situação.

A delegação francesa não se mostra completamente contrária a acordos de cessar fogo, mas só aceita qualquer tipo de conversa diplomática caso esta envolva discutir e renegociar a nacionalização do Canal de Suez.

Mesmo promovendo a guerra o país entende que o cenário é alarmante, mas justifica que para lidar com as atitudes de Nasser tiveram que apelar para o último recurso possível: a violência. A França acredita que o fim da guerra só pode ocorrer quando o líder egípcio rever suas posições quanto ao canal e as potências ocidentais. O país acredita fortemente que Nasser e o terceiro mundo encontram-se completamente influenciados pelos ideais soviéticos da guerra fria.

5.7- Irã

A delegação iraniana é a outra única delegação árabe no comitê além do Egito. Neste caso os laços entre esses dois países serão estreitos. O Irã é testemunha que, para os países árabes do Oriente Médio a nacionalização feita pelo Egito trata-se de um ato de resistência contra as potências ocidentais e, principalmente, Israel.

O Irã acredita que o fim do conflito deve ser uma prioridade do Conselho de Segurança, mas qualquer tipo de paz deve ser feita prezando as vidas e o território em questão e não só enxergando interesses econômicos das grandes potências. Para o Irã o Egito está em seu direito soberano e França, Reino Unido e Israel claramente violam a Carta da ONU e outros preceitos fundamentais da organização.

5.8- Israel*

A delegação Israelense acredita ser a mais prejudicada com a situação da nacionalização do Canal de Suez. O país está tendo sua economia e comércio extremamente prejudicados e, por isso, não viu outra alternativa a não ser a guerra. Para o país a atitude de Nasser é egoísta, provocativa e agressiva, mas nada muito além do esperado do regime

tirânico egípcio. O país se vê diariamente ameaçado pelas forças árabes da região e só tem o objetivo de preservar seus civis e direitos.

Na visão de Israel, qualquer tipo de retirada de tropas israelenses e ocidentais só poderá ocorrer após a liberação do canal para o fluxo de embarcações Israelenses. Acordos de paz e cessar fogo terão que obrigatoriamente envolver a desnacionalização do canal.

O maior desafio da delegação israelense será lidar com sua falta de direito a voto e o não reconhecimento internacional por parte de alguns países, principalmente árabes. O país conta com a proteção ocidental para a manutenção de seus direitos e interesses dentro do conselho.

5.9- Iugoslávia

A delegação da Iugoslávia é uma das maiores aliadas do Egito. O líder iugoslavo Josip Broz Tito compartilha do mesmo pensamento de terceira via que o líder egípcio Gamal Abdell Nasser. Para ambos a independência da terceira via perante as grandes potências é algo fundamental para a política dos países em plena guerra fria.

A delegação iugoslava defende a legitimidade da nacionalização do canal e o esforço egípcio em lutar por sua soberania. Já as atitudes vindas de Reino Unido, França e Israel são claras violações a diversos acordos internacionais, incluindo a carta da ONU. A delegação defenderá os interesses egípcios no comitê.

5.10- Peru

A delegação peruana encara a guerra como uma violação clara a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Extremamente por isso o país será um dos maiores defensores do fim da guerra no comitê. A diplomacia é a saída mais adequada pelo ponto de vista da delegação.

O Peru não possui qualquer tipo de interesse econômico no conflito, por isso se julga capaz de salientar a importância do fim do mesmo pensando em questões humanitárias e territoriais. O país só sairá satisfeito do comitê se houver um claro cessar fogo e início de negociações diplomáticas sobre a questão.

5.11- Reino Unido

A delegação do Reino Unido é um dos pontos centrais do comitê. O país está, no presente momento, com forças terrestres e marítimas britânicas em território egípcio. O Reino Unido considera que essa foi a única possível solução tamanha inconsequência e egoísmo de Nasser. É dever britânico assegurar a estabilidade de região impedindo que Nasser tenha controle perante ao comércio e passagem de navios no canal de Suez.

A relação com a ex-colônia é turbulenta desde a independência egípcia. O RU também não se encontra satisfeito com o posicionamento de 3ª via do Egito na guerra fria e a forte influência que a União Soviética impõe perante o regime ditatorial de Gamal Abdel Nasser.

Vale lembrar que o Reino Unido também se encontra na função de proteger o Estado de Israel que está em condições econômicas e sociais péssimas, por conta do bloqueio do canal.

Para o Reino Unido, qualquer tipo de retirada de tropas ou recuo de seu posicionamento no conselho só será possível se houver a desnacionalização do canal de Suez. O país não aceita nada menos do que a participação que tinha anteriormente na logística do canal, mesmo que isso lhe custe uma guerra.

5.12- Taiwan

Neste comitê a delegação de Taiwan vai prezar muito pelo respeito ao regimento da instituição. O país acredita que a invasão do território egípcio se trata de uma violação à soberania e conseqüentemente à Carta da ONU. Delegação deve ser insistente nesse ponto e não deixar que um ato sem legitimidade internacional como esse ocorra.

A solução do conflito, na visão de Taiwan, é um cessar fogo imediato e discussões diplomáticas a fim de resolver não só a guerra, mas também toda a questão da nacionalização do Canal de Suez. O respeito a paz e soberania de todos os países têm de ser a prioridade do conselho. Vale lembrar aos presentes delegados também a preocupação que Taiwan tem com a vida de civis e preservação de locais históricos que estão sendo destruídos pelo conflito.

5.13- União Soviética

A delegação da União Soviética vem a este comitê defender o posicionamento do Egito quanto a nacionalização do Canal de Suez. Para o país a atitude de Nasser se trata de uma atitude legítima e soberana, que não deve ser discutida com outras forças externas.

A URSS considera que a atitude das potências capitalistas do Reino Unido e da França não passa de uma tentativa desesperada de recuperar sua parte no canal e não uma forma de proteção da estabilidade do Oriente Médio e do Estado de Israel. A legitimidade de tal ação é nula e não pode ser aprovada e acobertada pelo presente conselho.

Para a delegação soviética o cessar fogo é algo que deve ser discutido, desde que este não ponha em cheque a soberania do estado egípcio e promova revisões quanto a legítima e soberana nacionalização do Canal de Suez.